

# Índios cobram acordo sobre a BR-174

Sem a liberação de R\$ 3,9 milhões para instalar um sistema de vigilância contra invasores, os uaimiris-atroaris não liberam o asfaltamento

Fotos: Euzivaldo Queiroz - 22/02/96

Jacira Oliveira

Os índios uaimiri-atroari querem o repasse antecipado de R\$ 3,9 milhões para permitir o asfaltamento dos 125 quilômetros da rodovia BR-174 (Manaus-Bba Vista), que cortam sua reserva. O valor será aplicado no Plano de Preservação Ambiental e Vigilância, por um período de 10 anos, e faz parte de um acordo assinado em outubro do ano passado pelos governos do Amazonas e Roraima, ministérios dos Transportes e da Justiça, Fundação Nacional do Índio (Funai) e representantes dos índios. Até hoje os recursos não foram repassados porque dependem da aprovação do Congresso Nacional, que ainda não votou o orçamento de 96. Os repasses estaduais - o governo do Amazonas deve contribuir com R\$ 500 mil - só sairão com os recursos federais, segundo adiantou ontem a assessoria de imprensa do Estado.

Segundo o coordenador do projeto Uaimiri Atroari - que administra os interesses e os bens dos uaimiri-atroari desde 1987 -, Porfírio Carvalho, os índios querem o repasse integral e antecipado, embora os recursos devam ser aplicados por um período de 10 anos. Com esse dinheiro, eles querem ampliar o sistema de vigilância, aumentando o número de bases e veículos de fiscalização ao longo da estrada, e implantar o sistema de radar para evitar possíveis invasões da área, segundo Porfírio. O custo anual desse plano é de R\$ 390 mil e sua execução e manutenção ficarão ao encargo do projeto Uaimiri-Atroari, órgão de gerenciamento terceirizado pela Eletronorte e Funai.

"Os índios não têm pressa. O

dinheiro só será necessário se a estrada for recuperada. Para eles não há porque apressar a entrada das máquinas", explica Porfírio. A obra de recuperação da BR-174 está parada há três meses no trecho que passa dentro da reserva uaimiri-atroari, desde o rio Abonari, no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, até o rio Jundiá, em Roraima.

São 125 quilômetros de estrada, hoje em condições precárias, que cortam os 2,58 milhões de hectares da reserva habitada por 687 índios, e por onde trafegam cerca de 70 veículos por dia. Com a recuperação da BR-174, esse tráfego vai aumentar substancialmente, provocando o receio dos índios de que voltem a ocorrer invasões de suas áreas, depredações do meio ambiente, escassez de caça e poluição dos rios. A reserva uaimiri-atroari é uma das poucas, na região, que já foram demarcada e homologada pelo Governo Federal.

Hoje, o sistema de fiscalização existente consiste em três pontos de vigilância, colocados estrategicamente nos início, centro e fim da estrada em área dentro da reserva, e um veículo que circula durante todo o dia para não deixar que os usuários da estrada desçam e provoquem a reação dos índios. Os veículos pequenos só podem circular no período de 6h às 18h e durante a noite só é permitida a passagem de ônibus com passageiros. "Essas medidas foram adotadas porque os índios caçam à noite e a passagem de veículos afugenta os animais. Quando a estrada estiver em seu uso pleno, esse controle não será mais possível e esse ponto terá que ser bem negociado", afirma Porfírio Carvalho.



Trecho da BR-174 próximo ao território dos uaimiris-atroaris (identificação no destaque)

## Governo aguarda fim do impasse

A conclusão dos 255 quilômetros da BR-174 que estão localizados no Estado do Amazonas só depende da solução ao impasse pelo pagamento dos R\$ 3,7 milhões exigidos pelos índios uaimiri-atroari, segundo informou o secretário de Comunicação Social, Ronaldo Tiradentes. Ele disse que até o KM 207, onde as obras estão paradas, já foram concluídas as etapas de terraplenagem e compactação e 70% dos asfaltamento já está feito.

Tiradentes informou ainda que o governo pretende iniciar agora o trabalho de contenção da erosão que ameaça alguns trechos e construção de nove pontes em toda a extensão da rodovia. A obra da BR-174 vai custar em torno de R\$ 50 milhões, pagas com recursos estaduais, segundo o secretário.

O secretário acredita que a conclusão da rodovia vai ser trazer reação imediata para o crescimento da indústria local - que vai poder exportar seus produtos a preço mais barato para competir no exterior -, e para o Turismo. "A intenção de governo é usar de seu prestígio para tentar convencer a banca da parlamentar através dos deputados federais do Amazonas e Roraima para conseguir recursos para a manutenção da rodovia a partir de Roraima", disse Tiradentes. (JO)

### Trecho do Termo de Compromisso

B) O PLA NO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E VIGILANCIA DA ÁREA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI FOI APROVADO POR UNANIMIDADE POR TODOS OS PRESENTES.  
C) AS OBRAS DE ASFALTAMENTO DA BR 174 NO TRECHO QUE A TRAVESSA A MENCIONADA ÁREA INDÍGENA SOMENTE TERÃO INÍCIO APÓS O PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR DE R\$ 3.797.223,90 (três milhões setecentos e noventa e sete mil duzentos e vinte e três reais e noventa centavos), correspondente ao orçamento do referido plano.

# Resistência de 30 anos

A desconfiança dos uaimiri-atroari contra os 'brancos' está sustentada em quase 30 anos de história da construção da BR-174, que teve como saldo o desaparecimento de 2.400 índios. Em 1967, quando o Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (Der-Am) colocou as primeiras máquinas em área indígena, os uaimiri-atroari eram 3 mil, de acordo com o levantamento feito à época pelo padre Calleri - ele chefiou a expedição patrocinada pela Funai e foi vítima do maior massacre envolvendo índios e brancos, no final de 67 - e confirmado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1972.

As obras foram retomadas em 1974 tendo o Exército como executor e, dois anos depois, foram encontrados 600 índios, segundo levantamento da Funai. "Esses índios sumiram sem que tenha sido registrado oficialmente nenhum óbito, nenhuma epidemia, nenhum massacre contra os índios nesse período", afirma o padre Egdio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que há 12 anos trabalha na área uaimiri-atroari. Hoje, de acordo com informações oficiais, existem 687 índios habitando a reserva uaimiri-atroari, entre os Estados do Amazonas e Roraima.

Os registros oficiais mostram a reação dos índios ao projeto de construção da BR-174. "Os índios não sabiam o que estava aconte-



Uaimiris-atroaris eram 3 mil

cendo. Eles imaginavam que as máquinas iriam destruir e revirar toda a mata", conta padre Egdio, baseado nos relatos ouvidos dos índios. Em 1968, a missão chefiada pelo padre Calleri que a pedido da Funai fazia os primeiros contatos com os índios, foi massacrada em área indígena situada dentro do território amazense. Segundo o padre Egdio, o massacre foi uma reação à violência praticada contra os índios. "Há vários registros do Der-Am, solicitando armas de fogo em seus pedidos de material", afirma o padre. Por conta desse episódio, as obras foram paralisadas e só foram retomadas em 1974. O Exército assumiu a frente de trabalho. "Eles chegaram fortemente armados, preparados para a guerra, mostrando muito bem qual era a intenção do governo", afirma Egdio.

Em 1974, no território de Roraima, outro registro oficial: a morte do indigenista Gilberto Figueiredo. O último conflito oficialmente admitido. "Mas a violência contra os índios não parou", afirma Egdio. (JO)

**Área total da Reserva:**  
2.585.911 ha.

**População indígena da Reserva:**  
687 índios

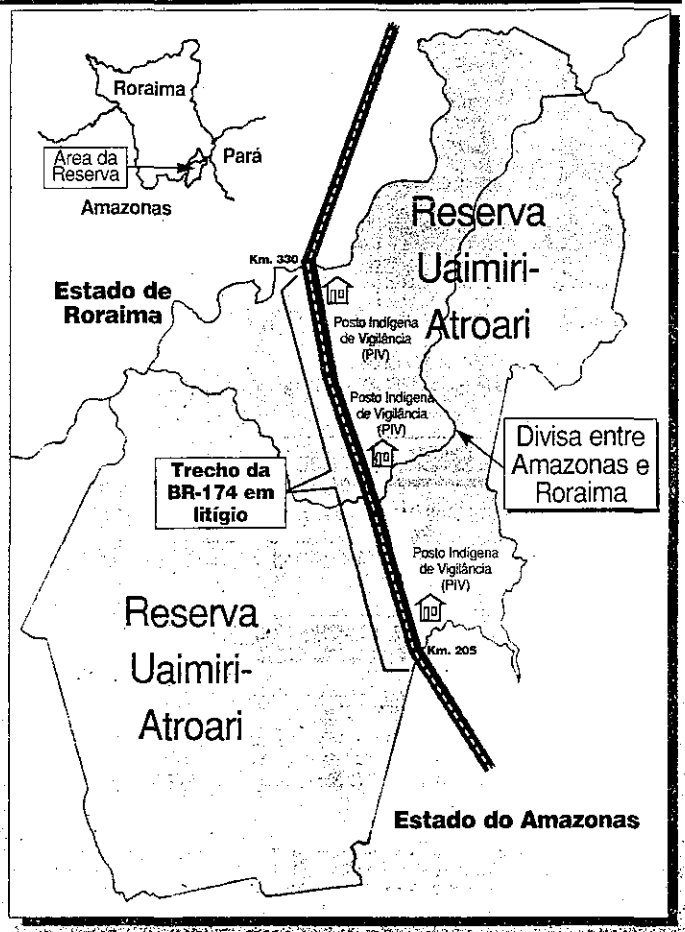
**Dados sobre a BR-174 dentro da Reserva:**

**Extensão:**  
125 Km.

**Início:**  
A partir do Amazonas, a estrada entra na reserva no Km 205

**Fim:**  
A Reserva termina no Estado de Roraima

## Reserva Uaimiri-Atroari



### Trecho 'interessante' a dois Estados

O asfaltamento da BR-174 no trecho que corta a reserva dos uaimiri-atroari é de interesse dos governos do Amazonas e Roraima e do governo Federal, segundo está definido no termo de compromisso assinado pelos dois Estados e representantes do governo Federal no dia 17 de outubro passado. No ato da assinatura, todos os representantes de órgãos que assinaram o documento aprovaram o Plano de Proteção Ambiental e Vigilância da Área Indígena Uaimiri-Atroari e concordaram que o início das obras só se daria após o pagamento integral do valor de R\$ 3.787.223,90 (Três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e noventa centavos), correspondente ao orçamento do plano. Portanto, não se trata de uma indenização pelo uso desse trecho da reserva.

Enquanto os recursos não forem repassados, o 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) - vencedor da licitação para realizar a obra - só está autorizado a realizar obras de reparo e manutenção da faixa de rodagem atualmente em tráfego. Mesmo assim, essas obras deverão ser acordadas anteriormente com a comunidade indígena.

O documento foi assinado pelo presidente da Funai, Márcio Santilli, pelo representante do Ministério da Justiça, Benjamin Sicsu, representantes do Ministério dos Transportes, João Batista Fagundes e Henrique Salles Genari, representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, Rui Silva Pessoa, o superintendente do Ibama no Amazonas, Hamilton Casara, representante do governo de Roraima, José Eufrânio Alves, e o representante do governo do Amazonas, José Maia, presidente do Instituto Fundiário do Amazonas (Ifam). (JO)